



AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE ESPACIAL EM UMA AGÊNCIA BANCÁRIA

Solange Maria Leder Zeilmann (1); Vera Helena Bins Ely (2)

(1) Universidade de Caxias do Sul, Rod. RS 122 km 69 Campus 8. E-mail: smlzeilm@ucs.br

(2) Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: vera@arq.ufsc.br

RESUMO

Este trabalho consiste no levantamento e análise das condições de acessibilidade de um edifício público e seu entorno. O objeto de estudo é uma agência bancária no campus universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. Os resultados do levantamento apontaram a existência de inúmeras barreiras urbanísticas, arquitetônicas e de comunicação, que dificultam ou impossibilitam o acesso e uso desses locais por grande parte de pessoas portadoras de deficiências ou necessidades especiais.

ABSTRACT

The present work consists on survey and analysis of a public building and they immediate surround accessibility conditions. The object of chosen study is a bank agency at the Federal University of Santa Catarina. The results show the existence of landscape, architectural and communication barriers that make difficult the access and use of these place for disability, ageing and carers people.

1. INTRODUÇÃO

O projeto de produtos e ambientes deve possibilitar seu uso por pessoas de todas as idades e habilidades, levando em consideração as diferentes necessidades dos usuários: homens e mulheres, crianças e idosos, pessoas com deficiências (STORY, 1998). Em outras palavras, ser acessível ao maior número possível de indivíduos, o que resulta no termo acessibilidade, que segundo definição da ABNT NBR 9050 (ABNT, 1997), é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificação, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos.

Um edifício será considerado “não acessível” quando ele possuir tal número de barreiras arquitetônicas ou de informação, que resultam na restrição da autonomia e da independência de pessoas portadoras de deficiências. Entenda-se aqui por autonomia, a decisão espontânea de uso dos elementos no ambiente construído, enquanto independência, a possibilidade de execução de uma atividade sem a necessidade de nenhuma forma de auxílio de outras pessoas (GUIMARÃES, 1999). O direito de acessibilidade aos ambientes encontra-se garantido no Brasil através da lei nº 10.098 de 2000 e regulamentada pelo Decreto nº 5296 de 2004. Este decreto obriga os edifícios de uso público, coletivo ou privado multifamiliar a atenderem as normas de acessibilidade previstas na legislação e nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT. O Decreto fixa prazos diferenciados conforme o uso estabelecido, sendo 30 meses o prazo para edifícios de uso público.

O conhecimento dos profissionais arquitetos e engenheiros quanto ao tema acessibilidade é muito restrito, pois o assunto é recente, não faz parte dos currículos acadêmicos e a maior parte da bibliografia é estrangeira. Portanto, torna-se urgente divulgar estudos de avaliação das condições de acessibilidade espacial em edifícios públicos e que façam sugestões de alteração segundo a ABNT.

Esse trabalho justifica-se na necessidade de caracterizar situações com as quais grande parte dos indivíduos convivem normalmente, mas que porém, para 10% da população, constituem-se em barreiras, que são também formas de exclusão social. Dentro desse contexto, pretende-se levantar e analisar as condições de acessibilidade ambiental de um edifício público e seu entorno imediato. O objeto de estudo escolhido é uma agência bancária no campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

2. METODOLOGIA

A escolha de um estabelecimento bancário se justifica na necessidade atual desses serviços, que é comum a todas as pessoas. A opção por uma instituição que estivesse localizada no campus da UFSC, por sua vez, deu-se ao fato que a universidade é um ponto de referência na cidade de Florianópolis e uma área de grande circulação de pessoas. A agência localiza-se em um ponto estratégico de ligação entre o campus e principais vias de tráfego.

O trabalho de levantamento e análise foi realizado através de observação. Foram empregadas as seguintes técnicas: visitas de exploração; registro da situação encontrada através de fotos, croquis, medições e anotações. Outros métodos empregados foram: aplicação de questionário com a gerência da agência e passeio acompanhado.

O ‘passeio acompanhado’ é um método de investigação que visa a análise, de um espaço urbano ou público, construída pelos próprios portadores de qualquer tipo de deficiência. Segundo Dischinger e Ely (1999) os ‘passeios acompanhados’ se realizam da seguinte forma: “são definidos percursos familiares ao entrevistado ou lugares que se considera como importantes em relação a problemas enfrentados no uso das áreas públicas. O entrevistador acompanha, mas não conduz, o entrevistado ao longo do percurso. O entrevistado é solicitado a descrever como sabe que está em determinado local, como tomou decisões sobre mudanças de percurso, e a manifestar sua opinião sobre os problemas encontrados no caminho”. Durante toda a realização do percurso as observações são gravadas e um levantamento fotográfico é realizado. Posteriormente, uma análise e conclusões podem ser feitas para compreensão dos espaços percorridos e levantamento das dificuldades e facilidades encontradas pelo deficiente.

3. RESULTADOS

Os serviços oferecidos pelo estabelecimento constituem-se em todos aqueles normalmente oferecidos por agências bancárias. O fluxo de clientes é constante, sendo que o setor dos caixas automáticos recebe maior número de pessoas. Não existem restrições à utilização dos serviços oferecidos para pessoas portadoras de deficiências.

Foram observados: o entorno imediato e a área interna da agência de acesso ao público. Como entorno considerou-se o percurso de pedestre das paradas de ônibus mais próximas e do estacionamento até a agência. Pretendia-se a identificação das possíveis barreiras que o usuário enfrentaria assumindo-se duas formas principais de chegada ao local: transporte público ou privado.

Os principais problemas identificados no entorno imediato da agência foram:

- Ausência de piso alerta e/ou guia para orientação sobre o caminho. Nos locais onde eles existem, a disposição dos mesmos não atende a recomendação.
- Existência de árvores e equipamentos urbanos dispostos sem sinalização adequada (ver figura 1). Árvores e orelhões são extremamente perigosos para deficientes visuais pois podem não ser identificados pela bengala antes da colisão.



Figura 1 – Estrangulamento do passeio, ausência de piso guia e alerta, orelhão avançado sobre o passeio e desnível no piso

- A parada de ônibus não oferece nenhum tipo de informação e tratamento especial para pessoas portadoras de deficiências.
- No estacionamento: inexistência de vaga exclusiva para deficiente, piso inadequado, existência de degrau e ausência de barra e borda lateral na rampa que conduz a entrada da agência (ver figura 2).



Figura 2 - Estacionamento da agência com piso inadequado, degrau, ausência de corrimão e borda lateral na rampa

- A presença de rebaixo no meio fio é inconstante, há situações com faixa de pedestre, mas não há rebaixo no meio fio.
- Os principais problemas identificados no ambiente interno da edificação foram:
- O acesso através da porta giratória é inadequado para usuários de cadeiras de roda, pessoas com dificuldades de locomoção, deficientes visuais e outros.
- O acesso alternativo, para deficientes, além de secundário não possui qualquer tipo de informação e encontrava-se bloqueado pela presença de mobiliário (ver figura 3).



Figura 3 – Acesso alternativo para deficiente sem sinalização e bloqueado pela lixeira e móvel

- Presença de escada interna, que além de constituir uma barreira a deficientes físicos, apresenta-se inadequada a deficientes visuais, visto que piso, espelho e corrimão são da mesma cor, corrimão inicia exatamente com o primeiro degrau (sem projeção) e total ausência de demarcação visual do início, patamar e final da escada.
- Piso e parede quase na mesma cor, pouca utilização de cores contrastantes que poderiam facilitar a compreensão do espaço para pessoas com baixa visibilidade.
- Em relação a orientação observou-se que placas informativas e totens apresentavam tamanho de letras inadequados, além da ausência de informação para deficientes visuais ou com baixa visão (ver figura 4).
- Ausência de sinalização adequada como faixa guia e faixa alerta.
- Distribuição aleatória de mobiliário em locais de passagem.
- Em relação ao mobiliário, observou-se que todos os caixas apresentam altura para atender uma pessoa de pé. Segundo informações da agência, haveria um balcão para atendimento especial a pessoas portadoras de necessidades especiais, porém não havia nenhum tipo de sinalização indicando.

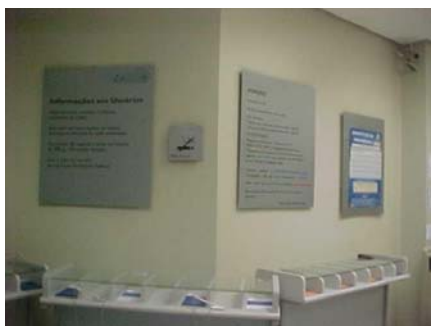


Figura 4 – Placas informativas com letras pequenas

- Também no setor de caixa automático, ausência de caixa apropriado a usuários de cadeira de rodas, deficientes visuais e outros (ver figura 5).
- Em relação a comunicação, não existe nenhuma tecnologia apropriada ou a presença de intérprete para auxiliar os surdos e surdo cegos.



Figura 5 – Caixa eletrônico inadequado para deficientes físicos e visuais

O passeio acompanhado foi realizado com uma pessoa portadora de deficiência visual total. A seguir será apresentado o relato do passeio, segundo o entrevistado.

No percurso externo de acesso à agência a partir do ponto de ônibus a entrevistada observou: “Aqui esta árvore poderia ter o piso alerta ao redor porque ela está no meio da calçada e não tem nenhuma proteção do lado para fazer com que a pessoa não bata nela. Aqui na travessia do acesso ao estacionamento não existe rampa ou indicação de alerta para o deficiente. As barras, que impedem o estacionamento dos carros, deveriam ser colocadas sobre o piso alerta de bolinhas, porque ele está localizado bem no meio da calçada e não existe nada que alerte da sua presença, ver figura 6. O piso guia está colocado no lugar do piso alerta, ou seja, ele está bem ao lado do meio fio e na verdade o que deveria estar aqui é o piso alerta e o piso guia deveria estar localizado mais à direita, mais no meio do passeio. Agora estou num grande pátio em frente à agência bancária e não sei para onde me dirigir, não existe uma indicação no piso que leve para dentro da agência nem uma placa com cores diferentes para alertar o deficiente com um resíduo de visão”.



Figura 6 - Inversão do piso guia pelo piso alerta e barras, o passeio foi identificado como sendo apenas este espaço estreito e próximo ao meio fio

No interior da agência o relato foi o seguinte: “Já entrei no *hall* da agência e também não existe indicação no piso que leve a porta giratória ou uma porta lateral. Também nenhum funcionário ou estagiário veio me atender. Depois da porta não existe nenhuma indicação no piso que leve ao caixa de deficiente e idosos, nenhuma placa maior com letras grandes e uma cor que chame bem atenção (como uma cor escura no claro) para que a pessoa tivesse maior facilidade de acesso. Aqui no local do caixa a pessoa se guia pelo ouvido e muitas vezes vai para o local errado por não ter o que indique o caminho no piso. No local do caixa dos deficientes poderia ter uma indicação no piso, não precisaria ter uma indicação para todos os caixas, mas neste caixa que é específico para deficiente poderia ter um piso especial na frente do caixa porque a pessoa iria certo para este caixa. Aqui tem uma fileira de cadeiras que fica no meio da agência, o que dificulta bastante, porque a pessoa não sabe que existe e pode esbarrar em alguém. No início do degrau da escada poderia ter algum relevo, alguma coisa que indicasse que começaria a descer ou subir, e para as pessoas de baixa visão poderia ter este mesmo relevo, mas com uma cor que destacasse, porque eles teriam a percepção. Aqui, quando a gente chega no segundo piso, não tem nenhuma indicação para onde seguir, para a direção que se deve tomar”.

Como conclusão a entrevistada observou: “Se eu tivesse que fazer este caminho todos os dias teria que memorizar o trajeto, porque ele não oferecesse nenhuma indicação de como chegar, mesmo o caminho externo, tem as indicações todas trocadas, com o piso guia no lugar do piso alerta, só colocaram para dizer que colocaram alguma coisa para os deficientes, eles nem sequer tiveram o cuidado de perguntar para alguém se era realmente deste jeito que a pessoa realmente iria conseguir se guiar, simplesmente colocaram”.

4. PROPOSTA

Considerando-se as observações realizadas e o relato do passeio acompanhado, foram sugeridas alterações, baseadas nas recomendações da NBR 9050 (ABNT, 1997), que podem ser observadas nos itens a seguir.

Para o percurso entre o abrigo de ônibus e a agência as seguintes sugestões são propostas:

- Deslocamento de equipamentos e árvores que estejam localizados no meio do passeio para as laterais, liberando uma faixa de circulação livre no passeio de 1,50 m. Colocação de piso tátil alerta contínuo próximo do meio-fio, onde serão localizados todos os mobiliários (placas, vegetação, barras, etc). Uso de piso guia nestes passeios é opcional, ver figura 8. Equipamentos urbanos como orelhões e outros devem estar localizados em áreas ou nichos recuados do passeio, com sinalizador indicando a existência dos mesmos.
- Para o cruzamento em forma de rótula, localizada em frente à agência, sugere-se: recuo da faixa de pedestre, evitando que os carros avancem sobre a faixa, elevação da faixa na altura do passeio e uso de barras protetoras para pedestres.

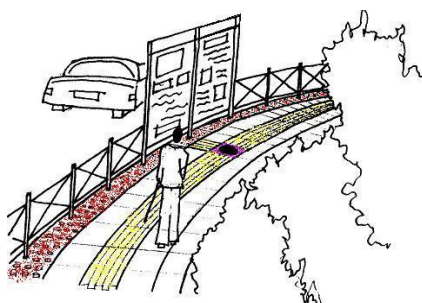


Figura 8 – Sugestão de proteção lateral com barras, piso alerta e piso guia

- Nas paradas de ônibus a circulação de pedestre deveria ser transferida para a parte posterior do abrigo e adequação da área de aproximação do ônibus (fig. 9). Além disso, o abrigo deveria ter mapa da cidade, informando os itinerários e percursos das linhas que passam por esse trecho e os horários. Essas informações devem estender-se a deficientes visuais, sendo em relevo e em braille.

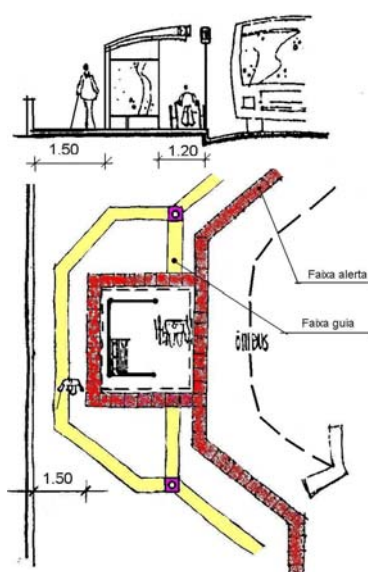


Figura 9 – Sugestão de parada de ônibus (RAMOS et al, 2000, com alterações)

- Nos pontos de bifurcação, como a entrada da agência, sugere-se a colocação de um piso sinalizador, informando ao deficiente visual a existência da mesma. Também sugere-se o uso de pisos sinalizadores onde houver mudanças de direções nos passeios.
- Deslocamento das barras de proteção, que estão sobre o passeio para impedir o estacionamento de carros e que dificultam a circulação, para a área sobre o piso alerta.
- Observar a NBR 9050 onde 5% das vagas do estacionamento devem destinar-se a deficientes. As mesmas devem possuir identificação no piso e na vertical e localizar-se a 10 m de distância, no máximo, da entrada principal.
- A rampa externa do estacionamento à agência deve ter inclinação de 1:15 ou 1:12, utilização de borda lateral e corrimão em duas alturas, 0,70 e 0,92. Corrimão com secção circular de 3,5 a 4,5 cm.
- Os cruzamentos de maior fluxo devem ter sinalizadores sonoros e visuais com botoeira a 1,20 m do piso.
- Faixa de pedestre com rebaixamento de meio fio com no mínimo 1,0 m de largura ou a faixa de pedestre deve estar no nível da calçada.
- Pisos devem evitar inclinação transversal superior a 2%, desnível superior a 15 cm deve ter rampa, revestimentos antiderrapantes estáveis e contínuos.

As principais sugestões para o interior da agência são:

- Acessos devem ser melhorados. Ao invés da porta giratória sugere-se outro sistema que permita o acesso de “todos” pela mesma porta, respeitando as exigências de segurança. Na impossibilidade desta, sugere-se a adequação do atual acesso alternativo de forma a torná-lo visível, de fácil acesso e uso.
- Instalação de totens informativos logo após o acesso principal e no interior da agência. As informações devem ser tátil, visual e auditiva. Usar palavras no sentido horizontal, contraste entre letras e fundo, tamanho adequado de letras e setas que proporcionem clareza, rapidez na leitura e orientação. Além disso, a sinalização deve ser informativa, indicativa e direcional.
- Uso de faixa guia no piso, assim como faixa alerta em pontos de conflito. A faixa guia deve iniciar no acesso principal e conduzir aos principais serviços oferecidos pela agência, bem como pontos de informações. Faixas guia removíveis são mais flexíveis, cores devem ser contrastantes e a textura perceptível pela bengala.
- Caixas automáticos, caixas da área interna, balcões de informação e apoio devem ser acessíveis a usuários de cadeira de rodas, figura 10.



Figura 10 – Sugestão de caixa automático especial

- Caixas automáticos com apoio para bolsas e outros objetos possibilita que a pessoa libere ambas as mãos para executar as tarefas.
- Uso de cores contrastantes para demarcar mobiliários e diferenças de piso e parede.
- A escada para o pavimento superior deveria receber as seguintes alterações: colocação de borda lateral; pisos e espelhos dos degraus diferenciados através da cor; início, final da escada e patamares com faixa alerta, corrimãos devem iniciar 30 cm antes do primeiro degrau e terminar 30 cm depois do último degrau.

5. CONCLUSÃO

A acessibilidade, além de um direito de todo ser humano, é também regulamentada através de legislação. Contudo, a realidade atual encontra-se ainda muito aquém do objetivo almejado. Normalmente, as limitações das pessoas portadoras de deficiências não estão presentes na vida de uma pessoa padrão, o que reduz a sua capacidade de compreender a verdadeira dimensão do problema, propor e executar soluções adequadas. Grande parte da sociedade aceita e convive com barreiras espaciais simplesmente porque as mesmas não são percebidas como barreiras, e somente o olhar sob a ótica das várias deficiências existentes pode identificá-las.

Os responsáveis pela administração do espaço em análise nesse trabalho relataram: “a agência não possui restrição a clientes portadores de necessidades especiais”, contudo identificou-se inúmeras barreiras, tanto de acesso quanto de uso, que impedem que usuários portadores de necessidades especiais efetivamente sejam clientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 1997.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V.H.M. A importância dos processos perceptivos na cognição de espaços urbanos para portadores de deficiência visual. In: Anais do 1º encontro África-Brasil de Ergonomia e 5º Congresso Latino Americano de Ergonomia. Salvador, 1999. CD rom.

GUIMARÃES, M.P. Acessibilidade ambiental para todos na escala qualitativa da cidade. Topos – Revista de Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: NPGAU, v.1, n.1, p. 124-133, 1999.

STORY, M.F. Maximizing Usability: The principles of universal design. Assistive technology. Cidade: RESNA, v.10, n.1, p.4-12, 1998.

RAMOS, J.L.; DAUFENBACH, K.; CAVALCANTI, P.B. Desenho universal: Apoio à decisão de projetos de espaços abertos. Trabalho desenvolvido pelo grupo PET do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

6. AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Adriana Rigotti e Carlos Barbosa pela participação no desenvolvimento desse trabalho.